



Quem paga a crise?

QUEM PAGA É QUEM NÃO TEM CULPA: OS QUE PERDEM O SEU EMPREGO E OS JOVENS QUE CHEGAM AO FIM DO CONTRATO E NÃO O VEÊM RENOVADO. NÃO PODE SER.

O governo deve alargar a duração e o montante do subsídio de desemprego.

Contudo, a bancada parlamentar do PS chumbou a proposta do Bloco para subir o valor do subsídio de 65 % para 70 % do último salário e para reduzir o prazo de 450 dias de trabalho para 180 como garantia de acesso ao referido apoio. O PS recusou "porque os números do desemprego não implicam uma solução de emergência". Então quando estaremos numa situação de emergência? As

últimas estimativas da Comissão Europeia já apontam para um desemprego acima dos 9%. Não é apenas o desemprego que já aí está, mas também o que pode estar para vir. Nos primeiros meses de 2009 foram abertos processos de despedimento colectivo em 258 empresas, quatro vezes mais do que em igual período do ano anterior, e o "layoff" disparou.

Alargar o apoio aos desempregados não é apenas uma questão de justiça - é uma medida de inteligência económica. Tal como na promoção das pensões mais baixas, o aumento dos subsídios de desemprego tem efeitos imediatos na dinamização da economia. Só se pode quebrar a espiral infernal em que nos encontramos defendendo o poder de compra dos salários e das pensões.



Quem recebe os bónus?

A CRISE NÃO CHEGOU AOS ADMINISTRADORES DAS GRANDES EMPRESAS.

O recordista é o BES. Dividindo o valor dos bónus dos banqueiros pelos

membros das suas comissões executivas, verifica-se que Ricardo Salgado terá embolsado mais de 800 mil euros, Fernando Ulrich (BPI) 250 mil e Carlos Santos Ferreira 200 mil (pagos pela Caixa Geral de Depósitos

relativos a 2007). Outros bónus: Zeinal Bava (PT) 667 mil; António Mexia (EDP) 571 mil; Vasco de Mello (BRISA) 401 mil; Paulo Azevedo (SONAE) 300 mil; Ferreira de Oliveira (GALP) 211 mil.

Se a lei do Bloco aprovada em Abril já estivesse em vigor no ano passado, estes executivos pagariam 75% de imposto sobre estes bónus.



HORA DE DEVOLVER!

QUEM ACUMULOU LUCROS MILIONÁRIOS AO LONGO DE ANOS, DEVE AGORA SER OBRIGADO A CONTRIBUIR. OS RECURSOS ESTRATÉGICOS ESSENCIAIS DEVEM SER DE TODOS, PROPRIEDADE PÚBLICA E AO SERVIÇO DO INTERESSE COLECTIVO.

DEZ PROPOSTAS ANTI-CRISE

- 01. Proibição de despedimentos colectivos em empresas com lucros.
- 02. Impedir o pagamento de dividendos aos accionistas de empresas que receberam subsídios ou benefícios públicos.
- 03. Direito à reforma aos 40 anos de trabalho, sem penalizações.
- 04. Aumento das pensões e do salário mínimo (para chegar aos 600 euros em dois anos).
- 05. Subsídio para todos os desempregados
- 06. Imposto sobre as grandes fortunas para financiar a segurança social.
- 07. Encerramento de todos os off-shores.
- 08. Nacionalização do sector energético, GALP e EDP.
- 09. Predomínio do sector público na banca
- 10. Reduzir o horário de trabalho para as 35 horas semanais.

justiça na economia



EUROPEIAS 2009 :: DISTRIBUIÇÃO GRATUITA :: WWW.ESQUERDA.NET

BLOCO DE ESQUERDA



É possível um projecto europeu contra a crise

Entrevista pag. 2

A Campanha eleitoral do Bloco de Esquerda aderiu ao programa Carbono zero para a redução de emissões de CO2.



Bloco não desiste do levantamento do segredo bancário

PAG. 2



Acabar com os paraísos fiscais

PAG. 3



10 medidas urgentes contra a crise

PAG. 4



A RESPOSTA DO GOVERNO À CRISE

Mais poluição, mais precariedade

O GOVERNO VÊ A CRISE DA MESMA FORMA QUE OS PIORES PATRÕES: UMA GRANDE OPORTUNIDADE PARA O ABUSO. ENQUANTO DESPEDEM CADA VEZ MAIS, AS EMPRESAS SÃO PREMIADAS COM BENESSES QUE PREJUDICAM TODA A SOCIEDADE.

Sob o pretexto de "não comprometer a subsistência" de empresas que violam a lei, o governo acaba de aprovar uma redução drástica das multas para crimes ambientais. A associação ambientalista Quercus já acusou a decisão de ser uma "licença para poluir". Na mesma ocasião, véspera do dia do trabalhador, o governo decidiu

também suspender as suas próprias medidas de "combate à precariedade no trabalho". Ficam assim anulados o agravamento em 3% da taxa social única a pagar pelos patrões sobre cada contrato a prazo e a redução de 1% da mesma taxa para contratos sem termo. A opção do PS é clara: aproveitar o argumento da crise para baixar os padrões sociais e ambientais.

Domingo 7 Junho VOTA-SE

Pela primeira vez, todos os jovens que completarem 18 anos até ao dia das eleições poderão votar. Não têm de se recensear. Basta apresentarem-se na sua secção de voto e levar o BI ou Cartão do Cidadão.

ENTREVISTA A MIGUEL PORTAS, PRIMEIRO CANDIDATO AO PARLAMENTO EUROPEU

Quem nos meteu na crise não nos tira dela

Esta crise era evitável?
Sim. Esta crise é fruto da ganância de alguns banqueiros e especuladores, mas é também consequência de orientações políticas para a economia. Todos os governos dos países mais ricos - e também os nossos, de Cavaco Silva a José Sócrates - defenderam o enriquecimento sem limites. O sistema financeiro desviou para a bolsa e para os paraísos fiscais os ganhos realizados na economia real e apropriou-se de fatias crescentes dos nossos salários e pensões através dos juros que praticava no crédito ao consumo e para habitação. Isto só aconteceu porque os governos deixaram.

Este balanço vai estar em causa nas europeias?
Só pode. Os que fizeram com que a política se ajoelhasse diante da grande finança são ainda os que mandam. Isto é tão válido para Durão Barroso como para José Sócrates.

Perante a crise, para que serve a União Europeia?
Até agora tem servido de pouco porque a tendência que domina é a do "cada um por si". Nestas eleições, os eleitores devem, ao contrário, exigir uma Europa solidária, que acuda a quem mais precisa: os novos desempregados, os jovens que não encontram primeiro emprego ou ficam presos na precariedade.

Mas há dinheiro para isso?
Há. O que tem faltado é a coragem para o ir buscar. Sucede que, até ao momento, quem está a pagar é quem perde o emprego. Isto é uma enorme injustiça, porque o Trabalho não tem qualquer responsabilidade na situação criada. É por isso que defendemos que os recursos se devem ir buscar aos que nunca pagam. A escolha está nas nossas mãos. Tem que haver justiça na economia. É isto que também está em causa no voto de 7 de Junho. A Europa pode. A questão é se quer.

O Tratado de Lisboa ajuda a resolver a crise?
O Tratado amarra a Europa a uma ordem económica e orçamental que a impede de reagir à crise. O Tratado confirma o poder absoluto do Banco Central Europeu que se tem revelado um desastre, reagindo sempre mal e a más horas. Não é por ter sido assinado em Lisboa que passou a ser bom...

O que propões?
Que se comece de novo e com respeito pela vontade dos cidadãos. PS e PSD também devem responder nesta eleição por terem faltado à palavra dada sobre a realização do referendo. A ratificação de um tratado não pode depender da exclusão dos povos e dos eleitores. Precisamos de facto de um novo tratado, mas o essencial é vontade política para tratar do que é urgente: a crise na vida das pessoas e não as dificuldades dos banqueiros.

Traduzindo...
A Europa deve ir buscar os recursos anti-crise a 5 fontes: paraísos fiscais, taxação das transacções em bolsa, penalizando as especulativas, evasão fiscal, despesas militares e emissão de dívida pública europeia. Esses recursos devem ser mutualizados: uma parte para o combate à pobreza no mundo, outra para os nossos pobres, outra ainda para se constituir um fundo de apoio complementar aos sistemas de segurança



FERNANDO NOBRE | MÉDICO MANDATÁRIO DA CANDIDATURA

Estou convicto de que ousarão pôr o dedo na ferida. A eleição de uma equipa reforçada do Bloco no Parlamento Europeu é uma questão de salubridade pública e ética.



ZÉ PEDRO | MÚSICO

O Bloco de Esquerda pode fazer a diferença em qualquer parlamento. Eu apoio o Bloco de Esquerda.

social mais fracos, como o nosso. Finalmente, outra grande fatia deve ser injectada na economia com preocupações ambientais e de criação de emprego. É possível superar a crise com justiça.



RUI TAVARES, MIGUEL PORTAS, MARISA MATIAS CANDIDATOS DO BLOCO AO PARLAMENTO EUROPEU

Se um eurodeputado incomoda muita gente...

Há quem critique a tua opção pelos temas da guerra e do Médio Oriente...
A Europa de que precisamos não trata apenas de si. É uma Europa solidária.

Há dias disseste que te sentias mais útil em Gaza do que a fazer uma intervenção em Bruxelas, no Parlamento. Porquê?

Fui o único deputado europeu que esteve em Beirute durante os bombardeamentos israelitas e um dos sete que romperam o cerco de Gaza no passado mês de Janeiro. Para os libaneses e para os palestinianos, foi muito importante a voz da solidariedade, em particular quando a Europa se mostrava incapaz de condenar abertamente Telavive. Um deputado não é um burocrata.

Deve usar o seu estatuto em prol dos mais fracos.

Também andaste por centros de detenção de imigrantes.
Estive em Lampedusa e em Melilla, durante os incidentes em que morreram vários imigrantes. Também estive no Norte da Holanda, na Bélgica e na Irlanda, denunciando as miseráveis

condições de vida em que se encontravam trabalhadores portugueses nesses países. Partilhei esse trabalho com associações de imigrantes e realizámos assembleias de portugueses, para intervir junto da embaixada e das autoridades locais. Ser deputado europeu também é isto - estar onde se é preciso quando nos chamam e sempre que estejam em causa os Direitos Humanos.



LEVANTAMENTO DO SIGILO BANCÁRIO

A democracia pode vencer a corrupção e a fraude

HÁ MUITOS ANOS QUE O BLOCO DE ESQUERDA COMBATE A FRAUDE FISCAL. EM ABRIL, O PARLAMENTO APROVOU TRÊS PROPOSTAS DO BLOCO: LEVANTAMENTO DO SEGREDO BANCÁRIO; PUBLICAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES DOS ADMINISTRADORES DAS EMPRESAS COTADAS EM BOLSA; TAXA SOBRE OS PRÉMIOS E INDEMNIZAÇÕES MILIONÁRIAS AOS GESTORES PÚBLICOS E PRIVADOS.

Mesmo revelados os escândalos do BCP, do BPN, do Banco Privado, conhecido o uso dos paraísos fiscais e contabilizados os prejuízos gigantes, ainda há quem se oponha ao levantamento do segredo bancário. Dizem que está em causa a privacidade das pessoas. O fim do segredo bancário permite verificar automaticamente a diferença

entre os rendimentos declarados em sede de IRS e as entradas nas contas bancárias particulares. Sempre que essa discrepância seja superior a 20 por cento, o fisco deve pedir explicações sobre a sua origem e actuar se ela não for esclarecida. Esta medida não invade a privacidade (ver artigo ao lado), mas enfrenta o enriquecimento injustificado. O Ministério Público deve ser notificado sempre que existam suspeitas de crime. O fim do sigilo bancário é mesmo indispensável para detectar a corrupção ou a evasão fiscal. Na Europa, já só existe segredo bancário nos países que a OCDE condena como paraísos fiscais: Suíça, Áustria, Luxemburgo. O Parlamento Europeu aprovou um apelo ao fim do sigilo bancário sobre os rendimentos de poupança em toda a União Europeia, o mais tardar até 2014.

O que são off-shores?



PARAÍSO FISCAL

São praças financeiras ao abrigo do fisco e protegidas pelo segredo bancário. São usadas por bancos, seguradoras, especuladores e patrões das indústrias do crime organizado. Enquanto os primeiros os usam para fugir aos impostos, os segundos precisam destes paraísos para lavarem o dinheiro obtido no tráfico de armas e de drogas. Colocando aí o "dinheiro vivo" que obtêm desses negócios, fazem-no entrar nos circuitos normais da economia legal. Os paraísos fiscais empobrecem os Estados. No caso da Madeira, aumentaram artificialmente o rendimento da região que, por causa disso, perdeu acesso a vários fundos europeus.

UM COMBATE EUROPEU E GLOBAL

É urgente acabar com os paraísos fiscais

QUASE 10% DO PIB PORTUGUÊS ESTÁ DEPOSITADO NO PARAÍSO FISCAL DAS ILHAS CAIMÃO, EM CONTAS ANÓNIMAS E SEM RETORNO FISCAL.

Nas últimas décadas, os mercados sem lei multiplicaram os paraísos fiscais, onde se concentram operações de branqueamento de capitais, de evasão fiscal e outras acções especulativas. Por incrível que pareça, todos os anos o Estado Português aplica centenas de milhões de euros em paraísos fiscais, através de empresas públicas ou de contas da Segurança Social. Segundo o FMI, as aplicações privadas portuguesas



PRÓXIMOS PASSOS
Depois de aprovar três propostas suas, o Bloco propõe novos avanços.

PRIMEIRO Hoje, a lei distingue entre corrupção para acto ilícito e para favorecer um acto lícito. É errado. O acto de corrupção é o mesmo em ambos os casos e, portanto, a pena deve ser a mesma. **SEGUNDO** Sempre que se verifique uma discrepância de 20% entre a declaração e o rendimento real e caso não seja explicada a origem do dinheiro a mais, ele reverterá para o Estado. Para enfrentar o enriquecimento injustificado, a proposta aplica-se a rendimentos superiores a 25 mil euros anuais. O Ministério Público será notificado quando haja suspeitas de crime.

TERCEIRO Quando há enriquecimento significativo durante o desempenho de um cargo público, ou nos cinco anos seguintes, deve haver investigação pelo Ministério Público. **QUARTO** As mais-valias da venda de património valorizado por acto administrativo devem reverter para o Estado. Um exemplo real: uma senhora de Gondomar vende uma quinta a familiares de Valentim Loureiro por um milhão de euros. Seis dias depois, estes vendem-na por 4 milhões. Pouco tempo depois, aquele terreno é tornado edificável. Se a proposta do Bloco for aprovada, o proprietário do terreno recebe um valor justo pela sua venda mas não há especulação urbanística.

O BLOCO PROPÕE

- :: ENCERRAMENTO de todos os paraísos fiscais existentes no território da UE (Andorra; Áustria; Luxemburgo; Madeira; Montserrat; Caicos e Anguilla, no Reino Unido; etc).
- :: RETIRADA dos paraísos fiscais de todo os fundos públicos (do Estado português, Segurança Social, empresas públicas ou controladas pelo Estado).
- :: PROIBIÇÃO da concessão de crédito a entidades registadas em paraísos fiscais.